

Aula Extra - Prof. Túlio Lages

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
08 de Junho de 2025
Manzato Moises

Índice

1) Lista de Questões Estratégicas - Acesso à Informação - Instituto AOCB - Médio	3
2) Lista de Questões Estratégicas - LGPD - Instituto AOCB - Médio	10



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Técnico de Tecnologia da Informação) Uma servidora do Ministério Público do Estado do Paraná foi questionada a respeito da viabilidade de restrição na divulgação e acesso a determinada informação. A servidora sabe que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) prevê a possibilidade de classificação de informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Assim, nos termos da referida lei, é correto afirmar que são passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam

- a) prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional.
- b) viabilizar a condução de negociações ou as relações internacionais do País.
- c) oferecer qualquer risco, ainda que ínfimo, à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
- d) auxiliar na defesa e na soberania nacionais ou na integridade do território nacional.
- e) pôr em risco a segurança de instituições ou de quaisquer autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.

2. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Administrativa) De acordo com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nessa Lei está sujeita a quais sanções?

- a) Prestação de serviços à comunidade; multa; rescisão imediata do vínculo com o poder público; impedimento de contratar com a administração pública por prazo não inferior a 10 (dez) anos.
- b) Detenção de bens; multa; suspensão temporária ou definitiva de participar em licitação.
- c) Perda de bens e valores; reclusão; multa; suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.



d) Advertência; multa; rescisão do vínculo com o poder público; suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

e) Reabilitação; multa; advertência; prisão simples.

3. (Instituto AOCP/2024/DEPEN-PR/Policial Penal) De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

a) É direito do requerente obter informação absoluta ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

b) Quando não for autorizado acesso integral à informação, por ser ela parcialmente sigilosa, tampouco será assegurado o acesso à parte não sigilosa, ainda que sob termo de compromisso.

c) É dever do Departamento de Polícia Penal do Estado, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, a exemplo dos registros das despesas e de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.

d) O uso de sítios virtuais da rede mundial de computadores (internet) para divulgação de informações de interesse coletivo ou geral é opcional àqueles Estados e Municípios com população de até 1 (um) milhão de habitantes.

e) Não cabe recurso contra decisão que não autoriza o acesso, pelo requerente, por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.

4. (Instituto AOCP/2024/UFS/Assistente de Alunos) Em relação ao acesso a informações, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A realização de audiências públicas não é uma forma de assegurar o acesso a informações públicas.



() São permitidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

() É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

() Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

a) V – V – F – V.

b) F – V – F – F.

c) V – F – V – F.

d) F – V – V – V.

e) F – F – V – V.

5. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente - Administração) São diretrizes dos procedimentos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011):

a) desenvolvimento do controle social da administração pública e fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

b) solução pacífica dos conflitos e celeridade na tramitação.

c) não intervenção e garantia do desenvolvimento administrativo.

d) observância da publicidade como preceito geral e garantia do sigilo como exceção e solução pacífica dos conflitos.

e) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação e autodeterminação dos indivíduos.

6. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Assinale a alternativa que apresenta definição correta segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

a) Documento: aquele relacionado à pessoa natural identificada ou identificável.



b) Integridade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

c) Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

d) Disponibilidade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

e) Autenticidade: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

7. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Administrativa) Entre as funções do técnico administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, algumas têm relação com a gestão das informações. Diante desse aspecto, de acordo com a Lei nº 12.527/2011, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na Lei nº 12.527/2011.

II. No caso de indeferimento de acesso a informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

III. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação são os seguintes: ultrassecreta (25 anos); secreta (15 anos); e reservada (5 anos).

a) I, II e III.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) Apenas II.

8. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Informática) A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) regulamenta prazos e formas de disponibilização de informações. De



acordo com essa lei, qual é o prazo máximo que um órgão público tem para responder a um pedido de informação?

- a) 15 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- b) 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- c) 15 dias, prorrogáveis por mais 20 dias.
- d) 20 dias, prorrogáveis por mais 15 dias.
- e) 30 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

9. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Informática) Você, como um técnico de informática que trabalha na DPEMS e lida com solicitações de acesso a informações para casos judiciais, tem como parte de suas responsabilidades compreender as hipóteses de sigilo previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) para avaliar se determinada informação pode ou não ser disponibilizada a terceiros, incluindo advogados, defensores públicos e cidadãos em busca de dados relacionados a processos legais. Diante disso, quais são as três hipóteses de sigilo previstas nessa Lei que podem ser alegadas para negar o acesso a uma informação?

- a) Segurança nacional, sigilo fiscal e sigilo empresarial.
- b) Segurança nacional, sigilo bancário e sigilo médico.
- c) Segurança pública, sigilo fiscal e sigilo de dados pessoais.
- d) Segurança nacional, sigilo bancário e sigilo empresarial.
- e) Segurança pública, sigilo fiscal e sigilo empresarial.

10. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público Estadual) A Lei Federal nº 12.527/2011 regula o acesso a informações. Assinale a alternativa correta sobre o que deve ser feito quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.



- a) O requerente deverá ser informado da decisão definitiva e da justificativa, não cabendo recurso por se tratar de informação sigilosa.
- b) O requerente deverá ser orientado sobre a localização do arquivo ou informação para viabilizar um novo pedido de acesso quando cessar o sigilo.
- c) O requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição.
- d) O requerente poderá ter acesso aos dados do responsável em conceder o acesso, se assim for possível, para abrir um processo administrativo.
- e) O requerente terá o prazo de três dias para solicitar a revisão do pedido, caso contrário esse será arquivado definitivamente.

11. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) Conforme o regime de proteção e controle de informações sigilosas previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.
- b) O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação, para aquele que a obteve, de resguardar o sigilo.
- c) As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.
- d) A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações sigilosas.
- e) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, independentemente de credenciamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.



Gabarito

GABARITO



- | | | |
|------------|------------|-------------|
| 1. Letra A | 5. Letra A | 9. Letra D |
| 2. Letra D | 6. Letra C | 10. Letra C |
| 3. Letra C | 7. Letra A | 11. Letra E |
| 4. Letra E | 8. Letra B | |



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/UFS/Assistente de Alunos) De acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa que apresenta a definição correta de "controlador".

- a) Pessoa jurídica de direito privado, a quem compete as decisões referentes ao processamento de dados pessoais em nome do operador.
- b) Pessoa responsável pelo armazenamento dos dados e gestão do banco de dados.
- c) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- d) Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- e) Pessoa natural ou jurídica, de direito privado, responsável por atuar como canal de comunicação entre os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

2. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Administrativa) Você precisa tratar um conjunto de dados pessoais em suas atividades na função de técnico administrativo da DPEMS, obedecendo aos princípios que regulamentam as atividades de tratamento de dados pessoais previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta alguns desses princípios.

- a) Finalidade, adequação, livre acesso e gratuidade.
- b) Adequação, necessidade, transparência e discriminação.
- c) Prevenção, segurança, livre acesso e necessidade.
- d) Transparência, prevenção, livre acesso e obrigatoriedade.
- e) Justiça, livre acesso, qualidade dos dados e segurança.



3. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Administrativa) Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s), de acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

I. O respeito à privacidade e a autodeterminação informativa são fundamentos da disciplina de proteção de dados pessoais.

II. Prisão simples é uma das sanções administrativas aplicáveis aos agentes de tratamento de dados que infringirem as normas previstas na Lei nº 13.709/2018.

III. A Lei nº 13.709/2018 define dado pessoal, dado pessoal sensível, dado coletivo e dado anonimizado.

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

4. (Instituto AOCP/2024/UFS/Técnico - Tecnologia da Informação) De acordo com a LGPD, art. 11, o tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer sem o fornecimento de consentimento do titular nas hipóteses em que for indispensável para, EXCETO

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
- c) o cumprimento de obrigações contratuais associado a um acordo jurídico, contanto que o montante total exceda mil salários-mínimos.
- d) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- e) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.



5. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Assistente em Administração) Sobre a Lei Federal nº 13.709/2018, alterada pela Lei Federal nº 13.853/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), assinale a alternativa correta.

- a) Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, excluídas as operações de tratamento em meios digitais.
- b) Tem por objetivo proteger a livre iniciativa.
- c) Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, ressalvadas as operações de tratamento realizadas por pessoa jurídica de direito público.
- d) Dispõe sobre o tratamento de dados públicos.
- e) Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado.

6. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Contábil) Considerando a Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- a) Dado pessoal sensível é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- b) Encarregado de dados é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- c) Operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- d) Controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- e) São considerados agentes de tratamento: o controlador, o operador e o encarregado.

7. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Técnico - Tecnologia da Informação) De acordo com a LGPD, o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses, EXCETO

- a) mediante o fornecimento de consentimento pelo titular.



- b) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- c) para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- d) quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, independentemente dos direitos e liberdades fundamentais do titular que exigem a proteção dos dados pessoais.
- e) para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Gabarito



- | | | |
|------------|------------|------------|
| 1. Letra C | 4. Letra A | 7. Letra D |
| 2. Letra C | 5. Letra E | |
| 3. Letra C | 6. Letra B | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.